

## Conclusão

Iraíde Marques de Freitas Barreiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARREIRO, IMF. *Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## CONCLUSÃO

A existência da CNER (1952-1963) foi marcada pela expansão da indústria brasileira e da modernização agrária, com desdobramentos para o campo, expansão da monocultura que ampliou o êxodo rural. O alinhamento às orientações de organismos internacionais foi reforçado pela ideologia desenvolvimentista no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), ao afinar-se à política de ampliação de desenvolvimento da América Latina, desfraldada pelos Estados Unidos, em função de possíveis desdobramentos da Guerra Fria. O Programa de Metas do governo JK colocava-se “[...] contra a ofensiva de ideologias opostas a nossas crenças cristãs e a nossas instituições democráticas”. Além disso, afirmava que “[...] o problema do comunismo, sua expansão e articulação como movimento político internacional continua a ser preocupação constante do Governo” (Cardoso, 1978, p.144-9).

Com uma política voltada para a aceleração do crescimento econômico e superação do atraso para alcançar a prosperidade, a educação passa a ser aliada fundamental nessa empreitada. Dessa forma, a Campanha fundamentou-se pedagogicamente na Educação de Base e no Desenvolvimento de Comunidade, tecnicamente no funcionalismo e filosoficamente no neotomismo. A opção pelo neotomismo vai ao encontro das posições da Igreja Católica, que de-

fendia a reforma da sociedade numa perspectiva cristã. Conhecedora dos conflitos sociais e da organização dos movimentos no campo, a tríade – Estado, Igreja e CNER – funda saída institucional, na qual o governo JK cria o Plano de Operação do Nordeste. Ao materializar essas parcerias, os vínculos entre Igreja e Estado, existentes desde a criação da Campanha, são reforçados e oficializados na medida em que o programa figurou em todos os Decretos do Plano.

A integração dos indivíduos “desajustados” ao sistema social dar-se-ia pela educação, que os transformaria em cidadãos. A partir dessa visão, as contradições sociais são deslocadas para o indivíduo, o grupo e a comunidade, os quais são tidos como responsáveis pela formação ou deformação social, de acordo com os pressupostos do funcionalismo. Logo, o alvo da educação é o indivíduo, descontextualizado dos determinantes históricos e sociais, a ser promovido à condição de cidadão, por meio de uma educação personalista.

Nesse processo educativo, quando os camponeses reagem criativamente a essas condições, a partir de seus próprios valores e cultura, recriam ensinamentos ou se negam a segui-los, essas reações terminam por expressar situações pontuais, no conjunto da política, que podem ser explicadas pelos princípios do programa. Tais situações, aliás, pouco contribuem para desvelar as contradições sociais, e tornar os camponeses cidadãos, a fim de que não ajam somente como consumidores.

A própria Campanha apresenta momentos de avanços e recuos no processo educativo, igualmente de modo pontual. Se, por um lado, valorizou as discussões com os habitantes no campo, constitutiva da educação para a política, por outro lado, recomendou que esses momentos fossem acompanhados pela “orientação discreta dos técnicos”.

Como toda política, ao longo de sua existência, a CNER foi ganhando contornos diferenciados, que associados a um conjunto diversificado de ideias e pela conjuntura daqueles anos a levaram a manifestar-se diferentemente. Nesse sentido, a Educação de Base, considerada indispensável à construção da cidadania e ao alcance dos direitos e deveres individuais e cívicos do homem do campo,

buscou atender às finalidades definidas pelo Estado proponente, ao mesmo tempo em que encaminhou reivindicações pontuais no campo. Sendo assim, o trabalho da Campanha proporcionou o afloramento de contradições que redundaram em brechas para a emergência da cidadania e a ampliação nos processos participativos. Destaca-se a preparação das eleições às diretorias dos Centros Sociais de Comunidade, as Campanhas de Registro Civil e Casamentos, as discussões para eleger representantes para falar com autoridades, como processos educativos para a cidadania.

As expressões de cidadania manifestaram-se, diferentemente, tanto na assimilação do conteúdo veiculado quanto em sua negação, imprimindo-lhe um novo sentido de uso. Fatos relatados por técnico da Campanha revelam que habitantes do campo recusaram-se a seguir as orientações médicas, como forma de pressão por atendimento médico e não somente por orientações sobre higiene, para melhoria da saúde. Ou ainda, quando foram ampliadas as horas de lazer na venda, por conta da iluminação oferecida pelo gerador elétrico, comprado por meio de abaixo-assinado dos moradores, incentivados pelo programa como forma de participação, para iluminar o Centro Social, como relato da educadora Helena Antipoff.

A CNER constitui-se a partir de uma organização detalhada e uma estrutura de funcionamento grande e organizada com muitos Centros Sociais e Centros de Treinamento para formação do quadro técnico e desenvolvimento de atividades no campo, para agregar os participantes. A Campanha formou professoras, líderes rurais, técnicos agrícolas e outros profissionais em regime de internato para atuar no programa.

A concentração dos Centros Sociais e as práticas educacionais variaram de acordo com as necessidades e o nível de desenvolvimento da região. A pesquisa desenvolvida explicita a coincidência, não casual, da atuação da Campanha em regiões com forte organização dos movimentos sociais no campo, especialmente das Ligas Camponesas. Nesse contexto, a CNER encampou a luta da Igreja pela formação das pequenas propriedades, discordou da “distribuição demagógica da terra”, defendeu que os próprios moradores deveriam

falar com os grandes proprietários nas situações de tensões, mesmo conhecendo o poder opressor dos latifundiários. Em 1959, os cargos de executores da Campanha do Norte e Nordeste eram ocupados somente por bispos e padres.

As propostas educativas da CNER não se detiveram somente às escolas, mas se voltaram para a educação dos costumes orientados para a reformulação das casas, a melhoria da saúde e do lazer, como formas de promoção e valorização do homem do campo. As descrições das casas como “pocilgas”, a facilidade de contágio de doenças por conta da iluminação e aeração deficientes, a divisão interna inadequada dos cômodos, a vida promíscua dos moradores indicam o olhar externo do observador para além das necessidades higiênicas, alheio às condições sociais, fundamentado pela moral. A CNER promoveu campanhas da fossa higiênica, de vacinação contra o tétano, da prevenção do tracoma, da sífilis, da tuberculose, campanha pelo uso da água filtrada contra a verminose e a mortalidade infantil, extremamente importantes, como se sabe.

Por último, cabe destacar que, ao tratar dos fatores estruturais, sociais e educacionais do campo e para o campo, esta pesquisa explícita e aproxima, ao mesmo tempo, duas realidades – a de 1950 e a atual –, no que respeitam à pobreza, ao abandono e à carência de políticas, decorridos quase cinquenta anos do término na CNER. Esse quadro agrava-se pela descontinuidade das políticas sociais, especialmente para os setores agrários, da saúde e da educação, em que os habitantes do campo permanecem relegados a categorias inferiores. Basta lembrar que somente a Constituição de 1988 outorga direitos ao trabalhador rural em usufruir da assistência médica pelo Sistema Único de Saúde. Para a educação, nem mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) define política educacional adequada para o setor, mantendo-se desigualdades históricas na oferta, no acesso e na permanência, seja pelo fechamento das escolas rurais, seja pelo transporte diário de crianças à cidade para estudar.

Enfim, mesmo com todas as restrições que se possa fazer à Campanha Nacional de Educação Rural e dos percalços e contradições que marcaram sua atuação e existência, certamente foi relevante,

naquele momento, pela educação oferecida, pelo desenvolvimento de campanhas preventivas, promoção de registros de nascimento, defesa e preservação do meio ambiente, entre outros. O desenvolvimento da cidadania, os ideais democráticos e os direitos à educação no campo continuam na ordem do dia, evidenciando a necessidade de continuidade das políticas sociais, a inter-relação entre elas e o rompimento de paradigmas mecânicos entre educação, cidadania e participação.